

REDES (DES) CONEXAS DE INTERVENÇÃO LOCAL NA VIOLÊNCIA INFANTO-JUVENIL

*João Sebastião¹, Joana Campos²
Sara Merlini³ e Mafalda Chambino⁴*

RESUMO

O objetivo deste artigo é apresentar os resultados de uma análise diagnóstica da atuação institucional relativamente às situações de violência infanto-juvenil em três territórios de um conselho da periferia de Lisboa (Portugal). Tendo como pano de fundo as políticas subjacentes à intervenção das instituições nesta problemática, aprofundamos alguns padrões relacionais emergentes numa rede de (meso)atores, na procura de obstáculos e potencialidades de articulação e colaboração. O produto deste trabalho inscreve-se num projeto de escala mais ampla, cujo enfoque é avaliar a contribuição das políticas de segurança escolar na inclusão e igualdade educativa e social em contextos escolares marcados pela diversidade e complexidade social e cultural.

Palavras-chave: Violência infanto-juvenil. Redes locais de intervenção. Análise de Redes Sociais. Políticas Públicas. Micropolíticas.

¹ Doutor em Sociologia, Pesquisador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal. joao.sebastiao@iscte.pt

² Mestre em Pesquisa Educacional, Pesquisadora da Escola Superior de Educação de Lisboa (IPL), do Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal. jcampos@eselx.ipl.pt

³ Mestre em Sociologia, Pesquisadora do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal. merlini.sara@gmail.com

⁴ Mestre em Sociologia e Planeamento, Pesquisadora Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES), do Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL, Portugal. mafalda_sofia_chambino@iscte.pt

(DIS)CONNECTED NETWORKS OF LOCAL INTERVENTION IN CHILDREN AND ADOLESCENTS VIOLENCE

ABSTRACT

The aim of this article is to present the results of a diagnostic analysis of the institutional action concerning children and adolescents violence in three regions of a district in the outskirts of Lisbon (Portugal). Having in mind the policies which underline institutions intervention in this problem, we probe some relational patterns from a network of (meso)actors, in search of obstacles and potentialities of articulation and collaboration. This work is part of a larger scale project, which focuses on evaluating the contribution of school safety policies to the educational and social inclusion and equality in school contexts marked by social and cultural diversity and complexity.

Keywords: Children and adolescents violence. Local networks of intervention. Analysis of social networks. Public policies. Micro politics.

INSTRUMENTOS E ABORDAGENS DE INTERVENÇÃO NA VIOLÊNCIA

N a última década do século XX, a violência cometida por crianças e jovens em Portugal tornou-se um assunto corrente no debate público gerando, em consonância com outros países europeus, um conjunto de respostas para lidar com o mesmo. Deu-se um aumento da produção científica e o desenvolvimento de instrumentos políticos de prevenção e intervenção, com abordagens significativamente diversas (e divergentes) quanto ao entendimento sobre as causas de violência e quanto aos princípios de atuação. Segundo Smith (2004, p. 140), as iniciativas para reduzir a violência nas escolas ao nível internacional são de ordem diversa: diretivas ou holistas (combinadas), de larga ou pequena escala, com um formato menos uniforme ou mais padronizado. O leque de iniciativas e lógicas de atuação (direta ou indireta) sobre a violência nas escolas portuguesas não se distancia muito do que tem vindo a ser implementado no contexto europeu, genericamente em torno de três abordagens:

Quadro 1- Intervenção nas escolas

<i>Abordagem</i>		<i>Medidas em Portugal</i>
<i>Interventiva</i>	<i>Policial/ Externa</i>	Aumento do número de guardas e à colocação de alarmes e câmaras de videovigilância nas escolas no âmbito do <i>Programa Escola Segura</i> .
	<i>Escolar/ Interna</i>	O Sistema Jurídico de Autonomia e Administração Escolar (Decreto Lei 137/2012) e o Novo Estatuto do Aluno (Lei 51/2012) são produtos que representam particularmente as iniciativas nacionais de regulamentação e estruturação organizacional das competências a desempenhar. As iniciativas de apoio ou formação de professores têm cabido sobretudo ao <i>Programa Escola Segura</i> ou a outras entidades formadoras associadas às escolas, como os Centros de Formação e Universidades. Foram também criadas linhas telefónicas de apoio à vítima, designadamente o <i>SOS Professor</i> da Associação Nacional de Professores
<i>Preventiva</i>	<i>Intervenção cívica e/ou comportamental</i>	Entre o vasto leque de medidas portuguesas estão: <i>Formação cívica, Programa Parlamento de Jovens</i> ; Treino de competências pessoais e sociais; Projetos de gestão de conflitos entre pares ou de melhoria da autoestima do aluno; <i>Programa Saúde Escolar e Programa Eco Escolas</i>
	<i>Alteração do Ambiente ou clima de escola</i>	O instrumento que melhor se enquadra neste tipo de iniciativa em Portugal foi o Programa de Modernização do Parque Escolar cujo objetivo foi modernizar a rede pública de escolas secundárias e outras afetas ao Ministério da Educação
	<i>Procura de Equidade (igualdade de oportunidades, democratização do ensino)</i>	Principais instrumentos: Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP); Programa Escolhas; Diversificação de vias de ensino: Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), Curso de Educação e Formação para Jovens (CEF), Percurso Curricular Alternativo (PCA) e Cursos Profissionalizantes

Fonte: Observatório de Segurança Escolar (2012) adaptado de Smith (2004) e Debarbieux e Blaya. (2002)

No início, o Programa Escola Segura começou como um programa estritamente central, sem intervenção das escolas na sua elaboração. O reconhecimento da sua eficácia limitada levou a sua organização, sendo reformulado pela última vez em 2006. Tendo como objetivo reduzir ou erradicar as situações de violência e insegurança nas escolas e meio envolvente, o Despacho 25650/2006 (PORTUGAL, 2006), os seus princípios estratégicos basearam-se na territorialização das ações, na parceria entre entidades da comunidade educativa e na monitorização das ocorrências. Estas diretrizes procuraram uma maior adequação das ações de intervenção e prevenção aos contextos escolares locais e a concretização de redes de colaboração entre as diversas entidades envolvidas. Neste sentido, este programa de segurança escolar incorpora em certa medida a ideia de território (e os efeitos das políticas nele implementadas) como

mediador da complexidade contemporânea, apoiando-se em respostas contextualizadas e mediadas pelas instituições locais de regulação social.

Tendo como pano de fundo este conjunto de iniciativas, procurou-se compreender quais as condições locais de resposta ao fenômeno, em concreto, o peso das instituições, as relações estabelecidas e as dinâmicas territoriais que potencializam e/ou bloqueiam a regulação das situações de violência infanto-juvenil.

O PARADIGMA CONEXIONISTA NA ANÁLISE SOCIOLÓGICA

As instituições e os meso-atores que intervêm localmente de forma articulada sobre o fenômeno da violência infanto-juvenil, constituem o objeto sobre o qual se desenvolve o estudo das relações estabelecidas entre os diferentes intervenientes numa perspetiva centrada nas redes sociais. Na perspetiva sociológica, a *rede* tem desempenhado um papel cada vez mais fecundo na explicação e interpretação da realidade social atual (VARANDA, et al., 2012, p. 147). Contrapondo com outras metáforas familiares à análise social, como o *jogo* ou o *teatro*, a *rede* surge enquanto analogia profícua na descrição e compreensão de diversos fenômenos, enfatizando as relações estabelecidas entre atores. A rede expressa as dinâmicas de estruturação e sistematização, de interdependência e de organização social, distinguindo o modo como são processadas as relações sociais e a estruturação destas pelos diferentes indivíduos, grupos ou instituições em quadros de interdependência e influência recíproca.

Enquanto constructo teórico-metodológico a rede permite elucidar as relações que ocorrem na sociedade e o funcionamento de instituições e processos sociais (qual a forma e os padrões em que se processam as relações), retratando as configurações sociais em inter-relação e evidenciando as dependências e a distribuição de outro tipo de relações entre os diferentes elementos das estruturas sociais (ELIAS, 1994; CASTELLS, 2002; GRANOVETTER, 1973; FISHER, 1982). Assim, a abordagem analítica através da conceção de *rede* ou estrutura *reticular* situa-se entre dois polos de aplicação, um "estático" e outro "dinâmico" (PEREIRA, 2000, p. 307).

Por um lado, o conceito de rede permite compreender a sociedade e os grupos sociais ao explorar como os atores se posicionam na estrutura, os nós e as ramificações existentes entre estes. Por outro, a rede constitui uma estratégia de ação (individual ou grupal) para gerar instrumentos de mobilização de recursos, criando assim novas possibilidades para os intervenientes e um potencial de mudança, podendo inclusivamente produzir uma nova ordem, situação que não pode ser entendida apenas pelas suas unidades individuais. O dinamismo e fluidez da rede social não excluem a existência de estruturas e instituições sociais que regulam fortemente a ação social. Ao contrário das organizações, as redes sociais não implicam necessariamente um centro

hierárquico e um funcionamento vertical, mas sim, uma multiplicidade dos laços entre os seus diferentes membros, orientada por uma lógica associativa. No entanto, a sua estrutura, extensa e horizontal, inclui igualmente as relações de poder e de dependência nas associações internas e nas relações com unidades externas (COLONOMOS, 1995 *apud* MARTELETO, 2001, p. 73).

As redes distinguem-se umas das outras pela variedade das suas conexões e pelos recursos que aí circulam (informação, bens materiais, etc.). Os dados analisados são sobretudo de tipo relacional ou matricial, implicando por isso uma recolha especificamente orientada para esse efeito, tendo em conta o objeto de pesquisa e o tipo de respostas que se procuram encontrar.

A análise pode abranger diversas técnicas de recolha de informação, o que permite vantagens na associação entre teoria e empiria, na adaptabilidade e complementaridade dos métodos de investigação assim como na superação de uma visão parcial, categórica e condicionada dos fenômenos sociais através da união e articulação dos vários níveis ou graus analíticos na realidade social. Pela capacidade que tem na descrição e interpretação dos fenômenos sociais, a análise de redes tem vindo a ser considerada por alguns teóricos (como Latour e Caillon), um novo paradigma na pesquisa sobre a estrutura social, o paradigma conexcionista (relacional) da teoria sociológica (MIRANDA, 2003, p. 88). Wellman e Marin (2011, p. 17) advogam, além disso, que a Análise de Redes Sociais (ARS) é mais uma abordagem ou perspectiva do que propriamente uma teoria ou uma metodologia, por partir da premissa que a vida social é criada primeira e essencialmente por relações e os padrões que estas formam. Para estes autores, a ARS fornece uma forma de olhar para um problema, mas não prediz o que se irá ver, nem tão pouco, providencia um conjunto de pressupostos sobre os quais derivam hipóteses ou predições.

O uso e aplicação desta abordagem não é, porém, livre de obstáculos⁵, requerendo frequentemente o recurso complementar a outras análises quantitativas e qualitativas na compreensão da complexidade dos fenômenos sociais. No entanto, muitos analistas de redes têm sublinhado a progressiva interdisciplinaridade deste domínio científico, decorrente do uso de uma mesma linguagem (matemática) para explicar os diferentes fenômenos, uma espécie de núcleo comum de entendimento científico, descolado dos termos mais específicos de cada disciplina. A partilha de um mesmo vocabulário é entendida como potencializadora da replicação dos resultados

⁵ Entre os principais obstáculos verificam-se: identificação clara do aparecimento dos padrões nos modelos de rede e limitações analíticas da modelagem matemática (e parametrização das relações) no aprofundamento de algumas problemáticas. Mas, a necessidade de um conhecimento prévio dos atores em estudo, objetivos e fronteiras de "recorte" da rede, implicam um trabalho de campo preparatório e o recurso a outras metodologias mais tradicionais.

encontrados entre diversos campos científicos alargando, deste modo, a compreensão, interpretação e explicação da realidade social.

BREVES CONSIDERAÇÕES ANALÍTICAS E METODOLÓGICAS

O desenvolvimento e complexificação das políticas públicas relativas à segurança das escolas impulsionou a realização deste estudo, com o objetivo de avaliar o impacto das medidas tomadas nos últimos anos para a tentativa de resolução dos problemas existentes. Os resultados que aqui se apresentam prendem-se com objetivos de identificação e análise: a) dos bloqueios e potencialidades na articulação entre políticas, programas e medidas; b) das redes de colaboração entre os atores e instituições responsáveis pela implementação das políticas. As opções metodológicas desta pesquisa foram definidas com base na análise dos dados de caracterização recolhidos e desenvolvidos em momentos anteriores pela equipe do Observatório da Segurança Escolar (OSE).

Este estudo realiza-se num concelho⁶ da periferia de Lisboa, caracterizado pela recorrência de um elevado número de incidentes, já que tendo cerca de 20% das ocorrências participadas no distrito de Lisboa, apresentou o maior número de situações no país entre 2006 e 2010. Considerando a distribuição de ocorrências de violência neste concelho foram selecionados três *clusters* de escolas (1, 2 e 3) cujos limites espaciais são relativamente coincidentes com as fronteiras das freguesias em que se situam. Em cada *cluster* ou território foi selecionada uma escola de 2º e 3º ciclo do Ensino Básico participante no Programa *Territórios Educativos de Intervenção Prioritária* (TEIP). Os dados recolhidos mostraram um universo escolar caracterizado pela presença de uma grande variedade de origens culturais e sociais, resultado das dinâmicas urbanas do conselho nas últimas décadas. Palco de situações de violência escolar muito significativas, as três escolas apresentam, contudo, capacidades diferenciadas de regulação do fenómeno, previamente identificadas pela equipe em trabalhos anteriores (SEBASTIÃO; CAMPOS; MERLINI, 2011, p. 114; SEBASTIÃO; CAMPOS; MERLINI, 2012).

Para a persecução dos objetivos substantivos da análise que aqui apresentamos foram efetuados diferentes procedimentos metodológicos. Inicialmente partimos do levantamento do conhecimento prévio dos interlocutores escolares relevantes neste domínio, por serem os atores com responsabilidade na regulação do fenómeno de violência na escola, quer a nível local quer concelhio, combinado com a análise dos documentos estratégicos das respectivas entidades (Projeto Educativo de Escola, Plano de Desenvolvimento Social Concelhio, Diagnóstico Social Concelhio do Conselho Local de

⁶ Optou-se por manter a forma original dos termos em português europeu que não possuem equivalentes no português do Brasil (N. do Editor).

Ação Social do Conselho). Posteriormente, realizou-se a aplicação de um questionário aos representantes institucionais das diversas entidades identificadas, com implicação nos processos relativos ao problema da violência infanto-juvenil. Este questionário compreendeu três dimensões principais: a) uma breve caracterização da instituição; b) a nomeação de um conjunto de parceiros e a avaliação do grau ou intensidade das interações estabelecidas com estes para a regulação da violência infanto-juvenil (afinidade, frequência de colaboração e de trocas de informação ou recursos); c) a identificação de necessidades internas e externas da instituição e de propostas de melhoria.

A possibilidade de partir de uma observação diagnóstica, com análise preliminar das posições, funções e análise dos principais documentos de orientação das instituições, permitiu identificar os padrões de interação entre um conjunto de instituições locais, descrevendo substantivamente as propriedades estruturais emergentes (padrões ou regularidades sociais) na rede. Para tal, contribuiu a proximidade e contatos anteriores desenvolvidos entre a equipe do OSE e as instituições constituintes da amostra, o que garantiu um acesso privilegiado a esta rede. As informações recolhidas antecipadamente mostraram que as instituições e atores locais com responsabilidades na (proteção) da infância refletem e procuram corresponder à diversidade sociocultural do concelho nas suas ações e objetivos, no entanto, verifica-se também um conjunto de obstáculos e inércias nas relações estabelecidas entre estas, apontando para uma demarcação territorial e institucional (como se pôde constatar durante a realização de *grupos focais*).

A triangulação da informação recolhida através destes recursos permitiu traçar um diagnóstico inicial sobre as relações e articulações entre estes atores institucionais na concretização de estratégias de intervenção e prevenção. Inscrevendo-se numa pesquisa de pequena escala, os resultados com a análise de redes que aqui se apresentam traduzem-se por uma observação de natureza preliminar, cuja finalidade principal é avaliar os padrões de interação de um conjunto de instituições locais. A análise aqui desenvolvida insere-se num projeto de larga escala, limitando-a em termos de recursos (temporais e materiais) e objetivos a um pendor mais descritivo das propriedades estruturais emergentes (padrões ou regularidades sociais) na rede, uma vez que um maior aprofundamento implicaria abdicar da aplicação de outras metodologias previstas. A abordagem aqui apresentada constituiu, porém, um excelente ponto de partida para compreender como se articulam localmente os vários programas (como o *TEIP*, *Escolhas*, etc.) e entidades (CPCJ, Centro de Saúde, etc.) – seus bloqueios e potencialidades – e para aprofundar as redes de colaboração entre os atores e instituições responsáveis pela implementação das políticas.

CARACTERIZAÇÃO DOS ATORES LOCAIS INQUIRIDOS

A seleção do conjunto de entidades locais e instituições formais que integram as redes de intervenção nas situações de violência em cada um dos espaços socioeducativos em estudo procurou tomar em consideração as dinâmicas dos seus contextos territoriais. Ao todo escolheram-se 23 entidades e instituições que se distribuem da seguinte forma pelo conselheiro e freguesias:

Quadro n.º 2 – Distribuição das instituições com intervenção nos territórios socioeducativos em estudo (<i>seleção</i>)						
<i>Tipo/ Local</i>	<i>Município</i>	<i>Freguesia 1</i>	<i>Freguesia 2</i>	<i>Zona 1 (Freguesias 1 e 2)</i>	<i>Freguesia 3</i>	<i>Total</i>
<i>Autárquica ou Oficial não judiciária</i>	3	1	2	1	2	9
<i>Associação, Proj. ou Programa Social</i>	0	2	1	0	1	4
<i>Educação e Formação</i>	1	1	1	0	1	4
<i>Policial ou Judicial</i>	1	1	1	0	1	4
<i>Saúde</i>	0	0	0	1	1	2
<i>Total</i>	5	5	5	2	6	23

Fontes: Informações privilegiadas das escolas e análise dos documentos estratégicos.

A *classificação* atribuída foi de grande utilidade quer para a análise do conjunto global de instituições, quer para a compreensão das relações estabelecidas entre estas, constituindo a natureza oficial das instituições o critério principal de aplicação das categorias. O peso de cada *tipo* institucional no total de inquiridos foi informado e ponderado face à realidade local e à importância destas entidades na regulação do fenómeno. Num total de 23 intervenientes incluídos na análise, cinco não responderam. Situação que procuraremos ver suprida em desenvolvimentos posteriores do projeto. Ainda que apenas 18 tivessem respondido, foi simultaneamente curioso e relevante constatar que as nomeações dos parceiros⁷ se centraram, sobretudo, no conjunto total de entidades que estavam previamente selecionadas para o estudo, verificando-se ainda uma forte correspondência dos respetivos objetivos de atuação com o tipo institucional:

⁷ A liberdade de nomeação até 10 parceiros possíveis, foi uma das opções metodológicas na construção do inquérito de análise de redes. A lista de entidades selecionadas encontra-se em anexo.

Quadro n.º 3 – Objetivos de atuação segundo o tipo institucional		
Tipo de instituição (<i>sigla</i>)	Objetivos de atuação	n
Autárquica ou Oficial não judiciária (AO)	Apoio e bem estar social	5
Associação, Projeto ou Programa Social (APP)	Inclusão social, cultural e educativa	4
Educação e Formação (EF)	Educativos e formativos	3
Policial ou Judicial (PJ)	Prevenção e intervenção policial e judiciária	4
Saúde (S)	Promoção de saúde	1

Fonte: Inquérito aos representantes institucionais

Esta afinidade verifica-se, por exemplo, em instituições muito distintas como a Associação APP5 – cujo objetivo revelado é: *Acolher, capacitar e integrar são o seu mote de ação/ intervenção.* – e Programa Comunitário APP2.2 – com objetivos idênticos:

Promover o desenvolvimento de competências escolares [...] fomentando o sucesso escolar e a inclusão escolar. Contribuir para a inserção social e cultural dos destinatários e beneficiários. Intervir junto das crianças e jovens no sentido de diminuir o risco de exclusão social a partir de ações que promovam a responsabilização pela comunidade.

A correspondência entre os tipos institucionais (por nós categorizados) e os principais objetivos de atuação reportados pelos inquiridos viabiliza a realização de uma análise das relações entre parceiros segundo a sua *afiliação* ou pertença organizacional, levantando hipóteses pertinentes em termos das propriedades emergentes desta rede de parceiros. Estarão as normativas e demandas das políticas de segurança escolar subjacentes às relações mantidas entre estes atores institucionais? A posição ocupada por cada *tipo* de instituição na rede apresentará padrões de ligação/conexão estruturalmente equivalentes (*classes de equivalência*)? A possibilidade de formação de subconjuntos ou relações de mutualidade entre atores é pautada pela sua pertença institucional? Que atores têm maior grau de centralidade, i.e., assumem maior prestígio para os restantes? Quais possuem um papel intermediário? Em que medida é que essas propriedades (centralidade, intermediação, etc.) se alteram quando consideramos a avaliação da relação, colaboração e trocas institucionais?

Avancemos então para a observação concreta dos padrões encontrados, numa tentativa de resposta preliminar às questões colocadas (ou pelo menos parte delas).

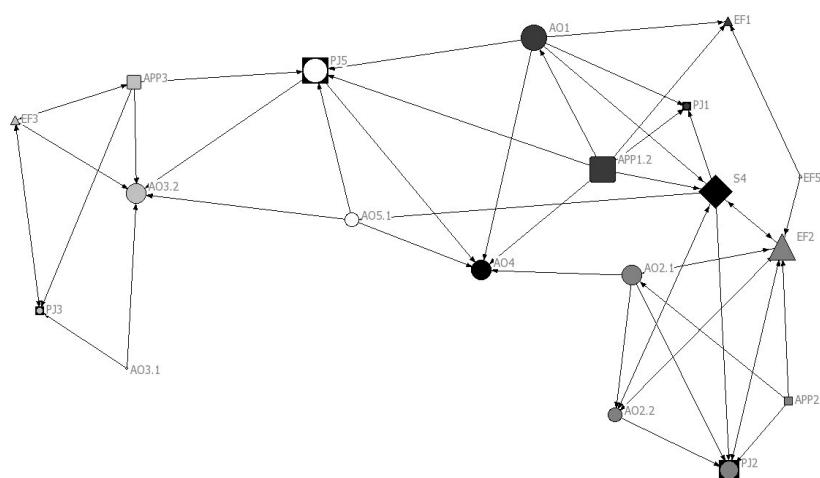
Relações de interação dos atores locais

Na sequência da perspectiva aqui adotada, compete aferir as interações e relações de interdependência – na medida em que os atores estão “encastrados” (ou *embedded*) em redes de relações formais e informais – mediante uma abordagem simultaneamente

meso analítica e holista. Holista por se tratar de uma análise de redes de tipo sociocêntrico e meso analítica porque se centra no estudo das relações interorganizacionais/ institucionais. Neste caso procuramos identificar as forças de estruturação resultantes das relações estabelecidas entre o conjunto de atores institucionais que intervêm no fenômeno da violência infanto-juvenil neste concelhio. Assim, para aprofundar os padrões de ligação estabelecidos entre os inquiridos consideraram-se quatro conjuntos de dados sociométricos: a) as mutualidades ou relações adjacentes entre os atores (quem nomeia quem e quem é escolhido por quem); b) a frequência de colaboração entre os atores (nula, rara ou frequente); c) a avaliação da relação mantida (nula, negativa ou positiva) e d) a frequência das trocas de recursos e informação entre os atores (nula, rara ou frequente).

Considerando as implicações que uma análise deste tipo requer, retomemos então algumas das questões previamente colocadas. Face à relativa uniformidade encontrada entre as finalidades declaradas e os tipos de instituição que integram a rede observada, analisamos a distribuição das ligações adjacentes ou nomeações diretas segundo a centralidade dos atores:

Figura 1 – Centralidade dos atores em nomeações diretas



Legenda:

Locais – Concelhio: Branco; Freguesia 1: Cinza 75%; Freguesia 2: Cinza 50%; Zona 1 (Freguesias 1 e 2): Preto; Freguesia 3: Cinza 25%.

Tipo de instituição: AO: Círculo; APP: Quadrado; EF: Triângulo; P: Quadrado com círculo; S: Losango.

Um dos primeiros aspectos a destacar no grafo das relações orientadas (ou direcionadas) que vemos acima é a distribuição das instituições pela proximidade geográfica. O que nos permite afirmar a existência – no que respeita à prevenção da violência e proteção da infância – de uma rede local relativamente estruturada e funcional, fato relevante quando pensamos na comunicação, na transferência de recursos e na colaboração que esta possibilita.

Sendo as estruturas reticulares desprovidas de uma hierarquia formal, isto é, observando os padrões de ligação entre os atores com a premissa de que todos estão ao mesmo nível de interdependência, importa agora medir qual o grau de centralidade e intermediação das relações mantidas⁸. O grau de centralidade de uma matriz direcionada (com relações de sentido entre os atores, ou, se quisermos, com "preferências") é dado pelo número de nomeações recebidas (*in degree*) e pelo número de nomeações emitidas (*out degree*) dos atores institucionais. A centralidade do ator resulta da sua posição na rede de relações, constituindo por isso um atributo de natureza relacional ou estrutural. Em termos substantivos, estas medidas nos dão: o nível de prestígio dos atores (liderança, popularidade), o seu nível de atividade na rede, a força ou fragilidade da reciprocidade entre relações, bem como a maior ou menor dependência entre os atores.

Na figura 1 o tamanho dos atores (ou *nodos*) está representado de acordo com o seu grau de centralidade (*in* e *out degree*). A escola EF2 e a unidade de saúde S4 são as instituições que têm maior número de conexões emitidas e recebidas, ocupando uma posição muito particular na rede pois têm um grau de atividade elevado relativamente aos outros, usufruem de maior estatuto (maior prestígio ou liderança) e de maior número de alternativas disponíveis (maior independência)⁹. Excetuando estas duas instituições, as restantes têm maior frequência de nomeações recebidas ou de nomeações emitidas mas não de ambas, apontando para um grau reduzido de reciprocidade entre as instituições.

Considerando o *prestígio* ou o número de nomeações recebidas pelos atores da rede, a PJ2 e a PJ5 têm um lugar igualmente de destaque. Contudo, apesar destes dois atores serem relativamente mais referidos que os restantes, a sua capacidade de liderança é menor, uma vez que só uma dessas ligações é recíproca (PJ2 – EF2), exercendo por isso menor controle sobre os parceiros que os nomeiam. Já as comissões de proteção (AO3.2 e AO4), seguidas pela escola EF1 apresentam um grau elevado de

⁸ As relações entre os atores estão representadas por setas direcionadas

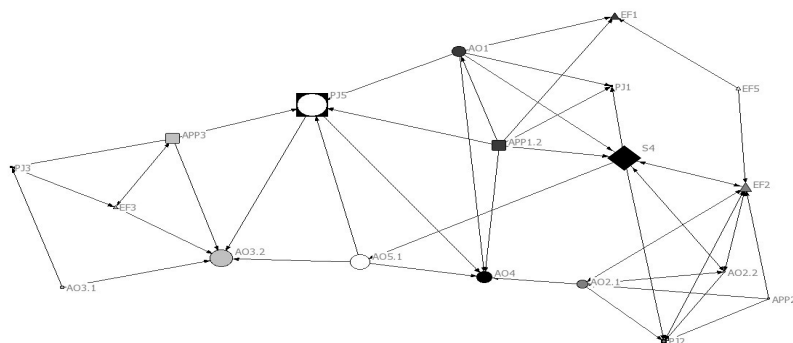
⁹ Tendencialmente, atores com maior centralidade adotam inovações mais cedo por terem maior probabilidade de captar o que flui na rede – informação sensível (KADUSHIN, 2012, p. 32).

nomeações recebidas e nulo de nomeações emitidas, colocando-as numa posição de *receptoras* das trocas e colaborações institucionais, que não são correspondidas.

Relativamente ao número de nomeações emitidas (*atividade*), o Programa Comunitário APP1.2 é a entidade com o maior número de escolhas de parceiros, contudo, apresenta uma significativa fragilidade na reciprocidade das relações na rede (por não ter nenhum ator a nomeá-la). Na mesma posição, mas com uma disposição mais equilibradas, estão as juntas de freguesia AO1 e AO2.1 e a Associação APP3. Neste âmbito, salienta-se que o fato de existir um número significativo de atores não nomeados pelos restantes parceiros da rede de intervenção aponta para relações institucionais difíceis e processos de fechamento institucional, com uma capitalização reduzida dos recursos disponíveis para as atuações concretas.

Analisando os atores no seu conjunto, podemos medir a intermediação (*betweeness*), ou seja, *por que atores têm de passar os restantes para alcançar os outros* (quais os atores chave na transferência de informação e/ou recursos?) no sentido de compreender as relações indiretas que se estabelecem entre estas instituições. Um grau de intermediação elevado é sinónimo de maior poder ou acesso à informação, precisamente porque os atores *intermediários* ocupam uma posição estratégica (*gatekeepers*) que lhes permite controlar a relação mantida com os outros, além de terem tendencialmente maior capacidade de inovação (informação mais variada) e de alteração das normas de um dado grupo (pelo menor comprometimento relacional e constrangimento face às regras internas) – esta medida é muito importante no estudo das relações interorganizacionais (MIZRUCHI, 2006, p. 76).

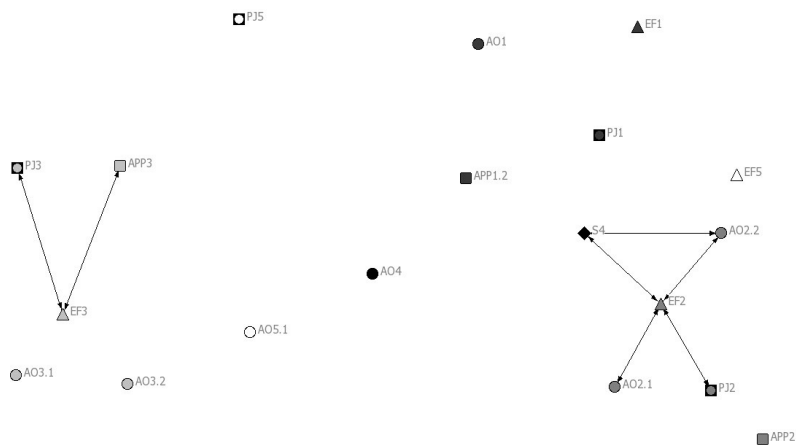
Figura 2 – Intermediação (*betweeness*) dos atores em nomeações diretas



Os atores com maior grau de intermediação na rede em análise (figura 2) são: a equipe de reinserção social PJ5 e a unidade de saúde S4, seguidos pela comissão de proteção AO3.2 e a equipe da rede social concelhia AO5.1. Um dos fatores que poderá explicar (ainda que parcialmente) esta distribuição remete para o tipo de estrutura organizacional e objetivos destas instituições, pois apresentam uma relativa centralização de funções e serviços específicos de resolução das situações de violência comparativamente aos restantes atores. Cada *gatekeeper* em foco tem pelo menos uma relação direta com um dos outros, criando três subgrupos conectados. Um desses subconjuntos integra todos os intermediários a uma distância (*geodésica*) de grau 1 pela seguinte ordem: [S4, AO5.1, PJ5, AO3.2]. Estas relações conferem aos referidos atores um nível significativo ou alto de intermediação pois, além de constituírem pontos-chave de relação com os restantes integrantes da rede, estão conectados diretamente entre eles. Há uma tendência para as entidades escolares e policiais de cada território (EF1, PJ1 // EF2, PJ2 // EF3, PJ3) serem atores com um grau de intermediação significativamente baixo, colocando-as numa posição periférica e condicionada relativamente ao controle e acesso a informação sensível – eventualmente por tenderem a trabalhar fechadas sobre si mesmas.

Apesar da análise da centralidade ser decisiva para a compreensão do estatuto ou poder simbólico dos atores (sobretudo em relações direcionadas), vislumbram-se outros padrões de interação nesta rede com importância análoga, como a coesão e reciprocidade. A observação das relações de adjacência permite-nos constatar que não se trata concretamente de um grupo coeso, porque – usando o vocabulário matemático da teoria dos grafos – é escassa em *circuitos* (ou seja, em subgrupos cujos *nodos* coincidem) e é excessiva em *árvores* (i.e. grafos conexos sem *circuitos*). Uma distribuição de relações deste tipo é comum em redes cujas conexões entre atores são orientadas, apresentando portanto uma densidade baixa ou relações dispersas. Realizou-se por isso a análise das relações recíprocas e de eventual pertença a subconjuntos (mais próximos entre si) no interior da rede. Neste âmbito, a aplicação das teorias de G. Simmel (1955) sobre as formas de sociabilidade é particularmente útil, sobretudo para a análise de díades e tríades (e sua explicação teórica e empírica) Uma ligação *Simmeliana* é uma díade (ou par de atores) reciprocamente conectada.

Figura 3 – *Simmelian Ties*: Relações de reciprocidade



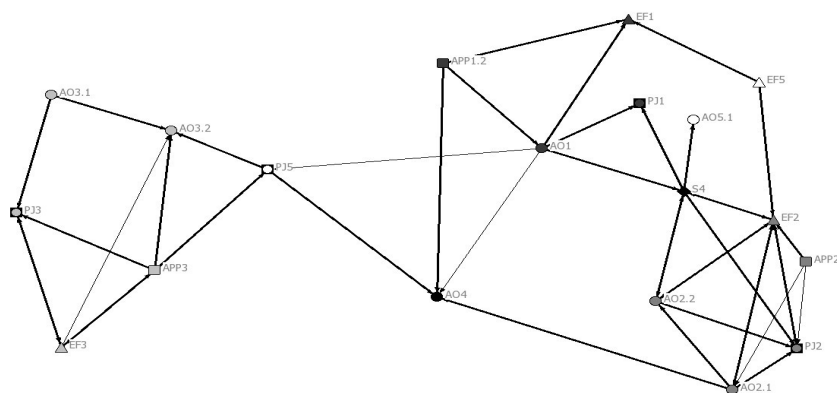
O teste confirmou a fraca homogeneidade (e densidade) dos subgrupos, havendo apenas três formações ou subconjuntos de relações recíprocas (triádicas), das quais duas são “hierárquicas” e uma é “coesa”. Por outras palavras, em dois subconjuntos (ou componentes do grafo) um dos atores estabelece relações recíprocas com outros dois mas estes não se relacionam entre si. No subgrupo coeso existem relações recíprocas entre todos os (três) atores. A emergência destes dois padrões revela-se pertinente em vários aspectos. Os dois subconjuntos de tipo “hierárquico” dispõem-se por território (um no território 3 e um no 2) e têm como ator *intermediário* – nesta distribuição específica – a escola em relação com a polícia e com uma associação (no primeiro caso) ou com a junta de freguesia (no segundo caso).

Esta *quase* “equivalência estrutural” em dois dos contextos de análise aponta algumas pistas para a compreensão das dinâmicas de colaboração das escolas no que respeita à regulação das situações de violência. Concomitantemente, verifica-se que o território 2 apresenta maior estruturação das relações entre os seus membros, uma vez que – além de uma tríade hierárquica – dois dos atores do subconjunto “coeso” pertencem a este contexto. Tendo em conta a problemática que estamos analisando, a reciprocidade das relações é particularmente importante porque permite a troca ou transferência de informação e recursos (materiais, humanos, cognitivos) e a distribuição das “responsabilidades e funções” institucionais associadas ao acompanhamento e resolução dos diferentes casos (na medida do que lhes é possível capitalizar).

O aprofundamento da intensidade das interações estabelecidas para a regulação da violência infanto-juvenil teve por referência as oposições no interior de cada um dos

indicadores, bem como a análise comparativa efetuada em torno das nomeações entre parceiros.

Figura 4 – Qualidade das relações



Legenda dos grafos 4 a 6:

linhas escuras = positiva/ constante;

linhas claras = negativa/rara

Em termos globais a apreciação das relações estabelecidas é “positiva”, com a escola EF2 e a polícia PJ2 a acumularem o maior número de escolhas positivas (ocupando uma posição de liderança/prestígio, sobretudo dentro do seu *cluster* territorial) e a unidade de saúde S4 juntamente com a associação APP3 a emitirem o maior número de ligações positivas. Apesar das apreciações negativas não serem em grande quantidade ($n = 5$), as instituições consideradas são todas de tipo *Autárquico/Oficial* (AO) ou de tipo *Policial/Judicial* (PJ). Uma das razões para avaliar as relações negativamente com este *tipo* de entidades poderá estar associada ao próprio funcionamento organizacional. Mas a procura dos fatores explicativos desta tendência não foram considerados nesta análise, constituindo os resultados aqui encontrados pistas para aprofundamento posterior.

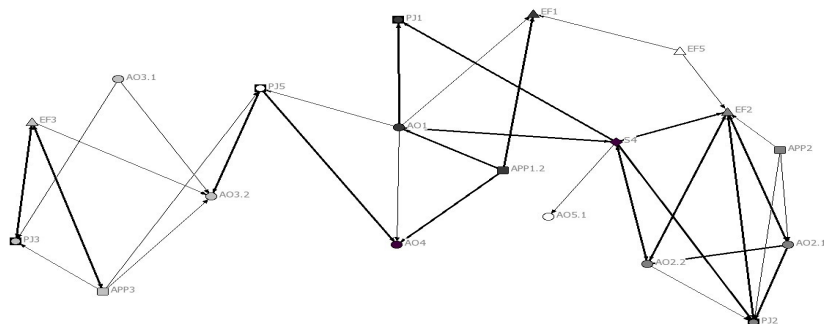
Relativamente à colaboração e às trocas de informação e/ou recursos podemos distinguir duas intensidades de frequência destas relações: a) rara ou ocasional (*fraca*) e b) diária ou constante (*forte*). Em ambas as relações verificaram-se duas apreciações de sentido contrário entre os atores:

- para o observatório social da freguesia AO2.2 a colaboração com a unidade de saúde (S4) é forte, que contrapõe com o inverso (colaboração com AO2.2 é fraca);

- para a junta de freguesia AO2.1 tanto a frequência da colaboração como das trocas com a escola EF2 é forte, enquanto que para o estabelecimento de ensino a intensidade destas relações com a autarquia é considerada fraca;

Estas dissonâncias revelam que apesar das relações no território 2 apresentarem um grande dinamismo, os sentidos em que elas se fazem não são percebidos da mesma forma, especialmente quando analisamos indicadores mais particulares das relações (frequência da colaboração e trocas). Este padrão também evidencia que as interações mantidas são de caráter majoritariamente unilateral, cuja reciprocidade é pouco significativa, como já tínhamos verificado anteriormente.

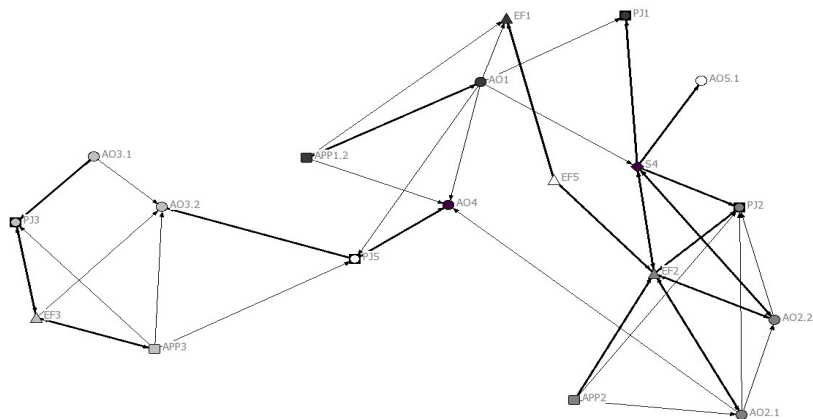
Figura 5 – Frequência da colaboração



Ao nível da colaboração as apreciações são mais dispersas, havendo inclusive atores que são simultaneamente centrais em frequências raras/ ocasionais e constantes/diárias. A escola EF2 e a polícia PJ2 ocupam esta dupla posição, com um grau de centralidade elevado, sobretudo pelo número de nomeações recebidas. Esta distribuição complementa a análise da matriz de relações positivas e negativas, uma vez que as duas instituições em concreto ocupam um lugar de destaque, beneficiando de um estatuto prestigiante relativamente aos restantes parceiros da rede. Depois da EF2, a unidade saúde S4 é aquela que recebe maior número de avaliações de colaboração frequente, enquanto o Programa Comunitário APP1.2 ocupa uma posição central na designação de parceiros com quem colabora frequentemente. Estes dados seguem as tendências observadas nas relações anteriores, revelando um conjunto de atores dinâmicos que interagem fortemente com os restantes em ambos os sentidos, sendo particularmente valorizados por isso. Por sua vez, a junta de freguesia AO1, a comissão de proteção AO3.2 e as associações APP3 e APP2 são as entidades que apresentam maior número de

colaborações fracas. Contudo, excetuando a AO3.2, o grau de centralidade destes parceiros deve-se mais ao número de apreciações feitas do que recebidas. Neste sentido, poderíamos admitir que se tratam de instituições cuja avaliação é mais exigente ou que são vulneráveis/ sensíveis à menor colaboração dos outros parceiros. Esta hipótese é parcialmente confirmada quando observamos as relações de troca de informação e/ ou recursos.

Figura 6 – Frequência das trocas de informação e/ou recursos



Com efeito, a APP3 e a AO1 ocupam uma posição igualmente central no indicador de trocas raras/ ocasionais. Disposição que é explicada exatamente pelo número de apreciações feitas e não pelas recebidas. Também a AO2.1 e a PJ2 integram este grupo, com a primeira a destacar-se pelo número avaliações emitidas e a segunda pelas recebidas, sendo a instituição por excelência que a rede de parceiros avalia como fraca em trocas de informação e/ou recursos.

Consistindo num indicador mais objetivo e concreto, a distribuição das relações de troca mostram maior circunscrição, com um número mais reduzido de atores a ocupar uma posição de centralidade. A S4 e a escola EF2 são os atores com maior relevância nas trocas de informação e/ou recursos frequentes, situação que não se distancia muito da análise aos outros indicadores. Contudo, enquanto a escola se mantém mais uma vez central pelo número de avaliações recebidas, a unidade de saúde passa de "avaliada" (como colaboradora constante) a "avaliadora", designando um grau elevado de parceiros cujas trocas são frequentes.

Os padrões encontrados – seja pela simples interação entre os atores, seja pela avaliação mais concreta de alguns aspectos relacionais – apontam para algumas pistas

relevantes no aprofundamento e compreensão da rede de instituições que intervêm (conjunta ou isoladamente) na regulação das situações de violência com crianças e jovens. Neste âmbito, o cruzamento com os dados qualitativos sobre as necessidades e propostas de atuação constitui informação particularmente útil, passível de complementar e enriquecer as análises anteriores.

PREVENIR E INTERVIR: NECESSIDADES E PROPOSTAS DE ATUAÇÃO

Com o intuito de diagnosticar obstáculos e potencialidades de intervenção e articulação, foi solicitado às instituições que respondessem acerca das necessidades sentidas (interna e externamente) e que elencassem um conjunto de propostas para regular a violência no Concelhio. Houve um conjunto significativo de contribuições neste módulo do inquérito, cuja análise de conteúdo permitiu agregar em cinco temas chave: 1) *Articulação ou colaboração entre parceiros*; 2) *Gestão e planeamento interno*; 3) *Comunicação*; 4) *Medidas de controle e mediação* (ações interventivas); 5) *Envolvimento e sensibilização*. Cumulativamente, verificaram-se também algumas respostas referentes à manutenção das relações estabelecidas ou com apreciações positivas (por ex.: *não são verificadas dificuldades*).

Para os três critérios avaliados houve a indicação de respostas relacionadas com as cinco temáticas. Nas necessidades internas às instituições, as sugestões de intervenção (*Medidas de controle e mediação*) são as mais frequentes, nomeadamente na concretização de projetos mais específicos e no maior acompanhamento dos casos emergentes. As ações relativas a um maior *Envolvimento e sensibilização* dos atores educativos e as que concernem à *Gestão e planeamento interno* de cada instituição também foram propostas significativas. Ao nível externo, os representantes institucionais reportam maior número de necessidades de *Articulação ou colaboração entre parceiros* (o que resulta particularmente da questão colocada: *E relativamente à articulação e colaboração com os outros parceiros, quais as necessidades sentidas?*). Entre as respostas enquadradas nesta temática, há uma tendência para referir a necessidade de uma abordagem integrada e coordenada dos atores com maior estruturação e frequência de trabalho conjunto (*compromissos a médio e a longo prazo*). É também nesta questão que se verifica o maior número de respostas positivas ou de manutenção das relações de colaboração existentes. Outro aspecto salientado com frequência é a necessidade de maior *Comunicação* ou partilha de informação entre as instituições.

Quando questionadas acerca de propostas de intervenção, as instituições referem significativamente ações de *Envolvimento e sensibilização*, enfatizando a necessidade de maior formação, entendimento e participação dos vários atores (crianças e jovens, atores educativos, instituições e comunidade em geral). As ações de caráter mais regulador, *Medidas de Controle e Mediação*, são igualmente salientadas, com a

proximidade do acompanhamento, a resolução intercedida dos conflitos e a aplicação de trabalho comunitário (em detrimento das suspensões escolares) a ganharem maior destaque. O tema da *Articulação ou colaboração entre parceiros* é relativamente distinguido nas propostas, apresentando linhas de ação semelhantes às referidas nas necessidades externas.

Esta análise, embora concisa, permite-nos aferir sobre alguns aspectos salientados no estudo das relações entre os parceiros. Nomeadamente, no fato de grande parte das instituições considerar necessário uma maior articulação e coordenação para intervir ou pela alusão a projetos mais *específicos* e mais participados e envolventes. As respostas dadas validam o padrão global encontrado de relações dispersas e altamente contextualizadas, cuja reciprocidade e intensidade de colaboração e trocas de informação e/ou recursos é pouco significativa.

DOS INSTRUMENTOS POLÍTICOS ÀS INTERAÇÕES – CONSIDERAÇÕES FINAIS DE UM DIAGNÓSTICO EXPLORATÓRIO

Neste ensaio foram considerados os resultados de um estudo sobre a rede concelhia de resposta ao fenómeno da violência infanto-juvenil, tendo em conta o peso e o jogo institucional na regulação das ocorrências. Principiando com um quadro contextualizado das abordagens políticas relevantes nesta matéria e consequentemente com a análise das interações (ou padrões relacionais) entre instituições na aplicação desses instrumentos, cabe agora fazer a ponte entre estes dois domínios.

Como salientamos noutro momento (SEBASTIÃO; CAMPOS; MERLINI, 2012) a aplicação das políticas realiza-se através da sua apropriação e reorientação no quadro de redes locais de poder, hierarquizando competências e responsabilidades, o que leva à sua redefinição. A autonomia dos atores para interpretar as políticas e definir localmente as estratégias e as práticas que entendem ser mais adequadas multiplica e reconstrói as respostas esperadas e alcançadas. Os resultados emergem da intersecção de particularidades, orientações e interesses estratégicos das instituições (e suas lideranças), características territoriais e exigências das políticas. Não só a nível macro, mas também no interior de cada uma das organizações, o leque de interpretações das políticas e sistemas de regras é diverso, assim como o acesso à informação.

O domínio das orientações (políticas) e dos objetivos e metas a atingir pelas instituições afigura-se *a priori* como um "ideal a cumprir", que se implementa de acordo com diferentes condições de partida, escalas de intensidade, modos de organização, etc. Princípios segundo os quais as instituições são (inclusivamente) avaliadas e cuja consonância dos discursos está patente. O conjunto significativo de

fontes e formas de legitimidade política e organizacional resultam dos níveis de autonomia organizacional e capacidade de ação dos diversos atores (BARROSO, 2003; WATKINS et al., 2007), que participam ou interferem no processo de implementação das políticas e na aplicação das normas que orientam o funcionamento do sistema. As necessidades externas e propostas de ação indicadas neste estudo pelos representantes institucionais mostra que o caminho para a construção dos objetivos de intervenção *conjunta e integrada* ainda é longo.

A atenção dada e a responsabilização comum pelos casos de violência apoia-se num entendimento difuso, sobretudo nas situações que requerem maior disponibilidade de recursos técnicos, pondo em causa a eficiência e a eficácia de ações realizadas e o consequente sucesso dos resultados. Os padrões encontrados na rede são reveladores disso mesmo, já que no domínio da interação é possível identificar um conjunto de instituições cujas relações são dispersas e com um grau baixo de reciprocidade e comunicação efetiva. Isto quer dizer que as relações institucionais mantidas em matéria de regulação da violência não traduzem explicitamente as demandas e normativos delineados para este efeito.

Apesar da convergência entre objetivos e tipo institucional, a distribuição das relações ocorre sobretudo pela proximidade geográfica, havendo um número muito reduzido de parceiros interdependentes. Estes padrões apontam para um maior isolamento dos parceiros no desenvolvimento das suas ações, com estratégias de intervenção pouco articuladas, designadamente por parte das escolas e das polícias. Não obstante, uma das escolas (EF3) e uma das unidades de saúde (S4) da rede (total) preenchem um lugar de prestígio junto dos restantes parceiros em todos os indicadores (nomeações, maior frequência nas colaborações e trocas, relações positivas) e apresentam um dinamismo relevante nas relações estabelecidas. O território 2 e as instituições com funções mais centrais destacam-se igualmente por serem aquelas que apresentam relações mais estruturadas ou colaborantes.

No que respeita à intermediação, as escolas e as polícias ocupam uma posição periférica no conjunto global da rede, mas apresentam um padrão de reciprocidade semelhante no interior de dois dos territórios. A maior exigência das avaliações ou vulnerabilidade à colaboração e trocas de informação/recurso foi outra das tendências verificadas nesta análise, com as instituições de tipo *Autárquico/Oficial* (AO) e *Policial/Judicial* (PJ) a acumularem o maior número de apreciações negativas ou *fracas*. Além disso, a polarização de instituições com nomeações emitidas ou recebidas é reveladora da fraca interdependência patente na rede. É relativamente paradoxal constatar que apesar de todos os representantes, sem exceção, indicarem a necessidade (interna ou externa) ou proporem atuações em conjunto, os padrões que emergem das suas relações com os parceiros revelam precisamente o contrário.

O contributo dos resultados encontrados com este estudo aponta para a necessidade de uma maior convergência e dinamismo das instituições em nível concelhio, já que se constata que as organizações cujos dirigentes se conhecem *face a face* têm maior relevância na capacidade de resposta local, ampliando as potencialidades de articulação e colaboração. Neste sentido, a proximidade geográfica constitui um fator decisivo nas ações de prevenção e intervenção da violência na escola, mais do que o âmbito de intervenção institucional.

REFERÊNCIA

BARROSO, João. Regulação e desregulação nas políticas educativas: tendências emergentes em estudos de educação comparada. In: BARROSO, João (Org.). A Escola Pública: regulação, desregulação, privatização. Porto: Edições Asa, 2003.

CASTELLS, Manuel. A Era da informação: economia, sociedade e cultura. Sociedade em Rede. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002. v.1

DEBARBIEUX, Éric; BLAYA, Catherine. Violência nas escolas e políticas públicas. Brasília: UNESCO, 2002.

PORTUGAL. Ministérios da Administração Interna e Educação. Despacho n.º 25650, 19 de dezembro de 2006. Redefinição da estrutura organizacional do Programa Escola Segura (Regulamento). Diário da República, p. 29382-29383, 2006.

ELIAS, Norbert. A Sociedade dos indivíduos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FISHER, Claude. To Dwell Among Friends: personal networks in town and city. Chicago: The University of Chicago Press, 1982.

GRANOVETTER, Mark. The strength of weak ties. American Journal of Sociology, Chicago, v. 78, n. 6, p. 1360-1380, maio, 1973.

KADUSHIN, Charles. Understanding Social Networks: theories, concepts and findings. New York: Oxford University Press, 2012.

MARTELETO, Regina. Análise das redes sociais: aplicação nos estudos de Ciência da Informação. Ciência da Informação, Brasília, v. 30, n. 1, jan-abr. p. 71-81, 2001.

MIRANDA, David. Em rede: algumas questões epistemológicas. In: REBELO, José (Coord.). Novas Formas de mobilização popular. Porto: Campo das Letras, 2003.

MIZRUCHI, Mark S. (2006). Análise de redes sociais: avanços recentes e controvérsias atuais. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 46, n. 3, p. 72-86, jul-set. 2006.

OBSERVATÓRIO DE SEGURANÇA ESCOLAR. Disponível em: <<http://observatoriosegurancaescolar.blogspot.com.br/2013/07/criancas-e-jovens-em-risco-lisboa.html>>. Acesso em: 14 abr. 2013.

PEREIRA, Inês. Movimentos em rede (uma história do software livre). In: WOLTON, Dominique. Pensar a comunicação. Lisboa: Difel, 2000.

SEBASTIÃO, João; CAMPOS, Joana; MERLINI, Sara. Violência, Escola e Território: intervenção educativa em contextos urbanos complexos. In: ENCONTRO DO CIED, Escola e Comunidade, 5., Lisboa, 2011. Atas ... Lisboa: Escola Superior de Educação de Lisboa, 2011. p. 109-119.

SEBASTIÃO, João; CAMPOS, Joana; MERLINI, Sara. Processos de regulação da violência escolar: das políticas às práticas. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, sociedade, crise e reconfigurações, 7., 2012, Lisboa. Atas ... Lisboa: APS, 2012. Disponível em: <http://www.aps.pt/vii_congresso/papers/finais/PAP1248_ed.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2013.

SIMMEL, George. The Web of Group Affiliations. In: SIMMEL, George. The Conflict: the web of group affiliations. New York: The Free press, 1955.

SMITH, Peter K. Violence in schools: a european perspective. In: OECD. School safety and security: lessons in danger. Program on Educational Building. OECD Publishing, 2004.

VARANDA, Marta; REGO, Raquel; FONTES, Breno; EICHNER, Klaus. A análise de redes sociais no mundo lusófono: contributos para o conhecimento de uma comunidade científica em desenvolvimento. REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales, Barcelona, v. 22, n. 7, p. 147-188, jul. 2012.

WATKINS, Chris; MAUTHNER, M.; HEWITT, R.; EPSTEIN, D.; LEONARD, D. School violence, school differences and school discourses. British Educational Research Journal, Londres, v. 33, n. 1, p. 61-74, fev. 2007.

WELLMAN, Barry; MARIN, Alexandra. Social Network Analysis: an introduction. In: CARRINGTON, Peter; SCOTT, John (Ed.). Handbook of social network analysis. Thousand Oaks: Sage, 2011.

ANEXO

<i>Sigla</i>	<i>Natureza institucional</i>	<i>Nome</i>	<i>Localidade</i>	<i>Resposta</i>
AO1	Autarquia	Junta da Freguesia (1)	Freguesia 1	SIM
AO2.1	Autarquia	Junta de Freguesia (2)	Freguesia 2	SIM
AO2.2	Instituição Pública	Observatório Social da Freguesia	Freguesia 2	SIM
AO3.1	Autarquia	Junta de Freguesia (3)	Freguesia 3	SIM
AO3.2	Instituição oficial não judiciária	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (Freguesia 3)	Freguesia 3	NÃO
AO4	Instituição oficial não judiciária	Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (Zona 1)	Zona 1	SIM
AO5.1	Autarquia	Conselho Local de Ação Social do Concelho (Rede Social)	Município	SIM
AO5.2	Autarquia	Divisão da Educação da Câmara Municipal	Município	NÃO
AO5.3	Instituição Pública	Casa da Juventude do Concelho	Município	NÃO
APP1.1	Programa Comunitário	Projeto do Programa Escolhas	Freguesia 1	SIM
APP1.2	Programa Comunitário	Projeto do Programa Escolas	Freguesia 1	SIM
APP2	IPSS/ ONG	Instituição de apoio à infância e à 3ª idade	Freguesia 2	SIM
APP3	IPSS/ ONG	Associação étnica	Freguesia 3	SIM
EF1	Escolar	Escola Básica de 2º e 3º Ciclo (1)	Freguesia 1	NÃO
EF2	Escolar	Escola Básica de 2º e 3º Ciclo (2)	Freguesia 2	SIM
EF3	Escolar	Escola Básica de 2º e 3º Ciclo (3)	Freguesia 3	SIM
EF5	Formadora	Entidade Formadora	Município	SIM
PJ1	Policial	Esquadra da PSP (1)	Freguesia 1	SIM
PJ2	Policial	Esquadra da PSP (2)	Freguesia 2	SIM
PJ3	Policial	Esquadra da PSP (3)	Freguesia 3	SIM
PJ5	Ministério Público	Equipa de zona do Instituto de Reinserção Social	Município	SIM
S3	Unidade de Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde (3)	Freguesia 3	NÃO
S4	Unidade de Saúde	Agrupamento de Centros de Saúde (Z1)	Zona 1	SIM